

PROCESSO SELETIVO 05 / 2022
PROVA ESCRITA – QUESTÕES
CAMINHOS DE RESPOSTAS

Na sequência são apresentadas as questões dissertativas elaboradas pela banca, a serem respondidas pelo candidato (nº de inscrição _____) conforme a Área de Conhecimento EDUCAÇÃO. Cada questão vale 2,5 pontos.

Questão 1: Tendo em vista a Meta 4 do Plano Nacional de Educação – 2014-2024, disposta a seguir, disserte sobre algumas das estratégias de inclusão e permanência de estudantes com público-alvo desta meta na Educação Básica Brasileira:

“**META 4** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”

GABARITO: O/A candidato/a deve trazer para a discussão questões relacionadas a algumas das estratégias elencadas a seguir:

- promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;
- garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;
- estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;
- garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

- garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
- fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;
- incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

BRASIL. Lei n.10.172. De 09 de janeiro de 2001. PNE. Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da República do Brasil; Brasília. DF. 2001

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>

<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014#:~:text=META%204%20Universalizar%2C%20para%20a,com%20a%20garantia%20de%20sistema>

Questão 2: Figueiredo (2007) ao analisar a diversidade teórica das ideias psicológicas fala em matrizes do pensamento psicológico. Um destes movimentos teóricos que inaugurou outra corrente de pensamento no campo psi foi denominado como Psicologia Histórico-Cultural. L. S. Vigotski e seus interlocutores buscavam superar duas correntes que dicotomizavam a ciência psicológica em seu tempo. De forma genérica, pode-se sintetizá-las da seguinte forma: Corrente Ambientalista (o indivíduo sofre influências sociais de forma passiva; o meio social coloca-se como algo dado e natural; a “compreensão” do indivíduo se faz à luz do “contexto”; Corrente Inatista e Subjetivista (concepções que consideram que a experiência social se deriva do individual; pressupõe uma estrutura de desenvolvimento e aprendizagem organizadas, respectivamente, pela dinâmica maturacional e pela idealização).

Considerando a relevante influência de Vigotski na Psicologia da Educação, disserte sobre aspectos conceituais atribuídos à Psicologia Histórico-Cultural?

GABARITO: *Necessário abordar alguns destes aspectos: a revisão crítica da Psicologia sob a perspectiva do materialismo histórico dialético. O desenvolvimento humano constituído dialeticamente nas relações sócio históricas. A palavra – linguagem como mediação semiótica e significativa. As funções psicológicas superiores*

como processos complexos e interdependentes. A atividade criadora e a transformação como condição e regra do humano. O ser humano como produto e produtor da história. A imaginação, a aprendizagem e a dimensão afetivo-volitiva como processos singulares e contextuais.

LA ROSA, Jorge. Psicologia e educação: o significado do aprender. 9. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS 2007. 230 p. ISBN 9788574305769

Questão 3: A Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) de 1996 e estabelece diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". O parágrafo 2º do artigo 1º desta lei traz a seguinte redação:

“Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.”

Desta forma, é imperativo que temas concernentes à temática afro-brasileira estejam presentes em todas as disciplinas do currículo escolar.

Sabendo que os objetivos do Ensino Médio, em uma visão ampla, indicam que os aspectos e conteúdos tecnológicos associados ao aprendizado científico e matemático sejam parte essencial da formação cidadã de sentido universal e não somente de sentido profissionalizante, conforme apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), além de a educação básica ser responsável por uma “formação comum indispensável para o exercício da cidadania”. Diante disso, como abordar tópicos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira de modo que auxilie no desenvolvimento de aspectos didático-pedagógicos referentes à temática afro-brasileira com os estudantes das licenciaturas em química, física e matemática, tendo em vista suas futuras atuações como docentes?

GABARITO

Espera-se que o/a candidato/a aborde na resposta aspectos referentes à legislação vigente bem como explique/descreva estratégias de ensino e de aprendizagem que utilizaria em sala de aula com estudantes da licenciaturas, futuros professores, em relação a tópicos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira.

BRASIL. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1996.

Questão 4: Discorra sobre a noção de experiência segundo o pragmatismo filosófico de John Dewey e o papel da experiência na aprendizagem.

GABARITO

Elementos desejáveis na resposta:

- Diferenças entre a noção tradicional (corriqueira) de experiência e a noção de experiência de Dewey;
- Experiência como condição para a aprendizagem;
- O papel da relação (transação) entre os sujeitos e mundos;
- A investigação (pensamento crítico-reflexivo) como método de experienciar;
- A noção provisoriade / transitoriedade do conhecimento;
- A relação entre ação e pensamento;

ELKJAER, Bente. Pragmatismo: uma teoria da aprendizagem para o futuro. In: ILLERIS, Knud (Org.). **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 91 -108.

Profa. Dra. Fabíola Sucupira Ferreira Sell
Presidente da Banca Examinadora



Assinaturas do documento



Código para verificação: **RRJ46L51**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABIOLA SUCUPIRA FERREIRA SELL (CPF: 841.XXX.584-XX) em 12/12/2022 às 08:27:31

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:35:45 e válido até 30/03/2118 - 12:35:45.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwNTUzODJfNTU0NjhfMjAyMI9SUko0Nkw1MQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00055382/2022** e o código **RRJ46L51** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.